



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008399-52.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Usucapião - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Luzia Donizeti da Silva**
 Requerido: **Italo Gualtieri e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O(a) autor(a) Luzia Donizeti da Silva propôs a presente ação contra o(a) ré(u) Italo Gualtieri, Maria Jose Natal Ferreira Gualtieri, requerendo: a) seja declarado o domínio sobre o imóvel usucapiendo, localizado na Rua João Ribeiro de Souza Filho, 1620, São Carlos.

Os réus foram citados (folhas 47) e não apresentaram contestação (folhas 48).

A Defensoria Pública, em manifestação de folhas 56, não opôs qualquer irregularidade.

Laudo Pericial de folhas 85/97.

As partes se manifestaram a respeito do Laudo Pericial (folhas 101 e folhas 104).

Relatei. Decido.

A cessão de transferência de compromisso de compra e venda de folhas 16 comprova que a autora adquiriu parte do imóvel em 21 de outubro de 1977.

Conforme certidão de folhas 15, o imóvel está em nome dos réus, os quais citados não apresentaram contestação.

A conta de energia elétrica está em nome da autora (folhas 20).

A Defensoria Pública não alegou qualquer fato impeditivo do direito da autora.

Desse modo, tenho que o pedido da autora tem amparo no artigo 1242 do Código Civil.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar o domínio da autora sobre o imóvel localizado na Rua João Ribeiro de Souza Filho, 1620, São Carlos, devendo o croqui de folhas 93 e o memorial descritivo de folhas 94 como instrumento para o registro imobiliário. Expeça-se o cartório o necessário. Deixo de condenar os réus nos ônus sucumbências, porque não resistiram ao pedido.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C. CIÊNCIA À DP.

São Carlos, 07 de julho de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**